

Aprovado por maioria
com 11 votos favoráveis
21 de PSP, 8 PS, 2 CDS, 2
Indep. e 3 abstenções
do BE, CDU e PS
24/12/2010
M J

ACTA 7/2009

-- Aos trinta dias de Dezembro do ano de dois mil e nove, reuniu a Assembleia Municipal de Mafra, em Primeira Sessão Ordinária do ano de dois mil e nove, mandato dois mil e nove – dois mil e treze, no Palácio Nacional de Mafra, situado na Vila de Mafra, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira; 2) Alteração da denominação e dos estatutos da empresa municipal Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias, E.M.; 3) Alteração da denominação e dos estatutos da empresa municipal Mafratlântico – Vias Rodoviárias, E.M.; 4) Alteração da denominação e dos estatutos da empresa municipal Giatul – Empresa Municipal para a Gestão de Infraestruturas em Actividades Turísticas, E.M.; 5) Documentos Previsionais para 2010; 6) Mapa de Pessoal; 7) Aquisição de terreno para construção da Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos da Ericeira. -----

-- Passavam onze minutos das vinte e uma horas quando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Joaquim Sardinha, deu por iniciada a sessão. Passou a palavra ao Senhor Secretário da Mesa, Luís Ribeiro Alves, que procedeu à chamada.

-- Verificou-se a existência de quórum. Tomou posse nesta sessão o Senhor Manuel Pimenta, tendo, ainda, sido substituído o Senhor Mário Acúrcio Vicente, pela Senhora Dona Ana Isabel Silva; o Senhor Hugo Moreira Luís pela Senhora Dona Daniela da Costa; o Senhor Paulo Ricardo pelo Senhor Jorge Duarte; e a Senhora Dona Maria da Conceição Simões pelo Senhor Carlos Maia. Justificou igualmente a sua ausência o Senhor José João Costa. Passou-se à votação das actas número três, quatro e cinco. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, no que diz respeito à acta número cinco, esta terá que ser renumerada, passando a designar-se como acta seis, uma vez que houve uma acta anterior a esta, referente à instalação da Assembleia Municipal. -----

-- Foi colocada à votação a acta número três. Tomou a palavra o Senhor António Branco para dizer que "é necessário que as actas número três e número quatro sejam objecto de votação na Assembleia Municipal? Embora eu saiba que houve uma iniciativa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal na anterior legislatura que fez uma reunião com os líderes das várias bancadas, julgo que aprovaram uma determinada metodologia. A pergunta que eu fazia é se, de acordo com essa metodologia, as referidas actas não poderiam ser aprovadas tacitamente? A maior parte dos deputados da Bancada Socialista, por exemplo, está a votar uma acta que desconhece na totalidade e o voto natural é o da abstenção. Isto é só para tentar evitar essa formalidade, se fosse possível." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu dizendo que "tem que ser esta Assembleia a expressar o seu voto relativamente a estas actas." -----

-- Prosseguiu-se com a votação da acta número três, tendo esta sido aprovada por maioria com catorze abstenções, oito do PS, duas do PSD, duas do CDS, uma da CDU e uma do Bloco de Esquerda. Colocou-se à votação a acta número quatro, tendo esta sido aprovada por maioria, com catorze abstenções, oito do PS, duas do PSD, duas do CDS, uma da CDU e uma do Bloco de Esquerda. Deu-se sequência à votação da acta número seis. A referida acta foi aprovada por maioria, com uma abstenção do PS, uma do Bloco de Esquerda, uma da CDU e uma do PSD. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que foi como representante do Município de Mafra ao décimo oitavo congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, pelo que fez um pequeno relato que se anexa a esta acta com a designação de ANEXO UM. -----

-- Foram abertas as inscrições para o período de **Antes da Ordem do Dia**. -----

-- No uso da palavra, o Senhor António Branco leu um texto que se anexa a esta acta com a designação de ANEXO DOIS. -----

-- Interveio o Senhor Miguel Ângelo para desejar igualmente Boas Festas e referir que "a questão que me traz aqui tem a ver com aquilo que vemos todos os dias na

abertura dos telejornais, designadamente com a catástrofe que se verifica um pouco por todo o país. Só quando acontecem estas situações é que nos lembramos que temos que limpar as coisas e temos que prevenir, evitando algumas catástrofes como as que temos vindo a assistir nos últimos dias. Penso que devo trazer aqui uma palavra de reconhecimento pelo serviço de Protecção Civil Municipal, em todas as suas vertentes, quer na sua componente municipal, quer associada, incluindo forças de segurança, bombeiros e outras entidades que, de uma forma coordenada, a partir da Protecção Civil agiram agilmente e com eficácia nestes dias. É para nós, munícipes do Concelho de Mafra, um motivo de satisfação ver que, em situação de emergência na área Oeste, o Comando de Operações de Socorro do Distrito de Lisboa transfere-se para Mafra. Antes de termos o serviço de Protecção Civil como está actualmente estruturado, os bombeiros de Mafra faziam parte de um comando que estava assente em Torres Vedras e, portanto, em termos regional, o comando dos Bombeiros situava-se em Torres Vedras. A dinâmica que o Município imprimiu na área da Protecção Civil e a criação do serviço de Protecção Civil Municipal em Mafra fez com que, mais uma vez, não só quando foi o simulacro de sismo que ocorreu o ano passado, mas desta vez em situação real, o Centro Distrital de Operações de Socorro se transferisse para Mafra. A prova disso é que o Senhor Ministro faz o primeiro *briefing* sobre os problemas que afectaram a região Oeste no Concelho de Mafra. Uma palavra de reconhecimento para todos os intervenientes, Executivo, bombeiros e protecção civil, e também para as Juntas de Freguesia, sei que várias tiveram um papel preponderante, quer *a priori* a prevenir as cheias e o Inverno, quer no próprio dia em que também colaboraram com os seus próprios meios e recursos humanos para a limpeza de caminhos e para repor a normalidade. Neste aspecto, gostaria de perguntar ao Executivo se há dados que possam ser transmitidos, nomeadamente da mobilização que foi necessária, se a articulação correu bem ou não na opinião do Executivo e também se há já alguma avaliação de eventuais prejuízos?" -----

-- O Senhor Daniel Marchante interveio para fazer duas propostas, uma referente à elaboração de um calendário temático para dois mil e dez e outra sobre a criação da Comissão Municipal de Turismo. As referidas propostas são anexadas a esta acta com a designação de ANEXO TRÊS. -----

-- Tomou a palavra o Senhor Joaquim Biancard Cruz para dizer "três notas. A primeira nota diz respeito à solidariedade que gostaria de expressar para com todas as vítimas da intempérie. Sobre a segunda nota, gostaria de referir que esta Assembleia Municipal é ordinária, tendo, por isso, período de Antes da Ordem do Dia, senão tinha trazido este ponto à anterior. Penso que nos últimos quatro anos estiveram aqui um conjunto de pessoas, que já não estão cá, já não participam nesta Assembleia Municipal que é o coração da democracia do Concelho, e eu não queria deixar de não fazer aqui uma homenagem a todos. Deram o seu melhor, em termos políticos, e representaram, da melhor forma, todos os concidadãos de Mafra: da Câmara Municipal, lembro os Vereadores Maria de Jesus Alves Ramos Coelho Esteves e José Eduardo Antunes Romano Pires; na Freguesias, no Sobral da Abelheira o Senhor Presidente António Martins Salvador de Bastos, em São Miguel de Alcainça o Senhor Manuel de Oliveira e, na Ericeira, o Senhor Joaquim José Alexandre Casado; finalmente, na Assembleia Municipal, a Senhora Dona Leonor Coutinho Pereira dos Santos, neste momento Vereadora da Câmara Municipal de Cascais, e os Senhores António Manuel Cadete Boné de Almeida Milhano, José Eduardo Nogueira Simões, José Manuel Pires Pereira, Armando Ferreira Madeira, José Carlos Alves Francisco, José Alves Bizarro Duarte, Carlos Manuel Águas do Amaral, Olga Maria Marinho Pires, Samuel Valério Ganchas Estêvão e Frederico Manuel Capitão Pedrosa. A todos sem excepção, e independentemente do seu partido, prestamos o nosso reconhecimento pelo trabalho efectuado nesta Assembleia Municipal. Prosseguindo com a terceira nota, não posso deixar de não fazer referência ao acontecimento celebrado no dia dezanove de Dezembro. Quem patrocinou esta grande obra foi Dom João sexto ao comprar um conjunto de seis órgãos, não os chegando a utilizar, para a Basílica do Palácio Nacional de Mafra. Os

referidos órgãos deixaram de soar há cerca de duzentos anos. Como foi explicado no evento, um conjunto de seis órgãos é muito raro no Mundo, a grande maioria deixou de ter as características originais. Em mil novecentos e noventa e nove, uma equipa liderada pelo Mestre Dinarte Machado iniciou o seu restauro. Esta intervenção envolveu um investimento de cerca de um milhão de euros, assumidos pelo Ministério da Cultura e por outros mecenas, como o Barclays Bank, na pessoa do Senhor Peter Mottek que é o chefe do Barclays Bank em Portugal, que, mesmo com dificuldades no estrangeiro e pedidos de restrição, continuou sempre a suportar estas obras de restauro. No dia dezanove assistimos a um evento único que levou, mais uma vez, o nome de Mafra além fronteiras." -----

-- Interveio o Senhor António Branco para dizer que "o Concelho de Mafra é um concelho em crescimento e os espaços também têm que ir crescendo, refiro-me ao espaço da Assembleia Municipal. Pessoalmente, como líder da bancada do PS, custa-me estar voltado para os nossos vereadores e verificar que a Vereadora Elsa Pinheiro não cabe na mesa que temos disponível para os Vereadores. Torna-se necessário encontrar uma solução, de modo a ser evitada esta situação." -----

-- Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra, José Maria Ministro dos Santos, referindo que "a proposta de criação da Comissão Municipal de Turismo é despropositada, na medida em que pertencemos à Associação Turismo de Lisboa, em conjunto com os Municípios de Sintra, Cascais, Oeiras e Lisboa, e na Entidade Regional de Turismo. Relativamente às intempéries, irei abordar o assunto no primeiro ponto da Ordem de Trabalhos." Informou que a Câmara Municipal vai fazer um protesto sobre a mudança verificada nos encaminhamentos hospitalares dos doentes oriundos do Concelho de Mafra, designadamente para o Hospital Curry Cabral, sobre o qual a Autarquia não foi informada. Contou uma história ocorrida com um cidadão do Concelho que foi inicialmente observado no Centro de Saúde de Mafra e, posteriormente, encaminhado para o Hospital Curry Cabral. No local, terá sido informado que, os doentes do Concelho de Mafra para o caso em questão - cirurgia -, deveriam ser transferidos para o Hospital de Santa Maria. Já no Hospital de Santa Maria, foi-lhe igualmente comunicado que, para a referida situação clínica, o encaminhamento é efectuado directamente para o Centro Hospitalar de Torres Vedras. Acrescentou ainda que "este acontecimento representa a prepotência da Senhora Ministra da Saúde que não ouve a entidade municipal." -----

-- Abordando igualmente o tema da Saúde no Concelho de Mafra, o Senhor Miguel Ângelo disse que "a Assembleia Municipal chegou a ter um representante na Comissão Municipal de Saúde, que reunia pontualmente com o Director do Centro de Saúde de Mafra. Com a nova lei, e com a criação do Agrupamento de Centros de Saúde, que abrange Mafra, Pêro Pinheiro e Sintra (vila), a Assembleia Municipal foi afastada de qualquer participação. Legalmente, a Assembleia Municipal foi afastada de qualquer órgão consultivo de acompanhamento do que diz respeito à saúde no Concelho de Mafra. O Agrupamento, para além destas questões, trouxe ainda outras desvantagens que foi a deslocalização de quase todo o pessoal administrativo do Centro de Saúde de Mafra para Sintra, com prejuízo para os funcionários que não recebem comparticipação para tal. Os clínicos locais são também «pressionados» a criar unidades de saúde familiar. Para os «pressionar», é frequente o equipamento de radiologia que o Centro de Saúde tem não estar a funcionar e não é por avaria, é porque, por exemplo, o Senhor Director do Agrupamento de Centros de Saúde não compra produtos químicos para o referido aparelho funcionar. O que é que acontece? Os doentes têm que andar de um lado para o outro. Muitas vezes, é necessário tirar uma radiografia para despistagem, como é o caso das pneumonias, e o médico, como não consegue fazer a radiografia, envia o doente para Torres Vedras ou para um hospital de referência. A ambulância é afectada para levar esse doente, quando, se calhar, fazia falta no corpo de bombeiros, mas vai levar um doente para ir tirar uma radiografia a um hospital. Esta situação até sai mais económica para o Agrupamento, uma vez que a Câmara comparticipa o combustível da ambulância e, portanto, sai mais barato do que estar a comprar químicos. Já não é a primeira vez que este aparelho não funciona e

estamos a falar de uma questão de mil euros. Esta é a gestão que o actual Agrupamento está a fazer. Os médicos e os funcionários queixam-se, há extensões do Centro de Saúde de Mafra que nem sequer têm *tonner* para imprimir receitas, há médicos que têm que o trazer de casa para imprimir as suas receitas, pois agora são todas informatizadas. A Unidade de Saúde Familiar é obrigação do Governo, tendo sido anunciado pelo Ministério da Saúde a criação de um número certo de unidades de saúde familiares. Enquanto o Governo não atingir essa meta, corta até que os médicos se sintam pressionados e enveredem todos por esse caminho. No caso do Centro de Saúde de Mafra, como devem saber, a Câmara Municipal de Mafra, através de *leasing*, disponibilizou carrinhas para os cuidados continuados, ou seja, as enfermeiras vão fazer tratamentos ao domicílio em carrinhas da Autarquia, encontrando-se nestas mesmas carrinhas os logótipos do Centro de Saúde e da Câmara Municipal. O Senhor Director do Agrupamento de Centros de Saúde acha que não faz sentido terem o logótipo da Autarquia porque o serviço é disponibilizado pelo Centro de Saúde. Há uma prepotência por parte da direcção, mas são pessoas que foram formadas em cerca de duas semanas. Para quem passou a Director do Agrupamento de Centros de Saúde, o processo foi muito simples, foram escolhidos um conjunto de setenta e cinco médicos, foi-lhes dada formação, durante três meses, de gestão de unidades de saúde, sendo que esse curso não tinha avaliação final, se chumbassem não havia tempo de serem chamados outros. Foi assim que foram criados os Agrupamentos. Infelizmente, essa mesma lei acabou por afastar o nosso representante da Assembleia Municipal que tinha assento no Conselho Municipal de Saúde, extinguindo mesmo o próprio Conselho. A partir daqui, deixámos de ter um interlocutor com o serviço de saúde do Concelho de Mafra e as situações têm vindo a agudizar-se. Não conseguimos falar com ninguém, desde a ARS que não fala connosco, o Director do Agrupamento poucas vezes veio a Mafra, a última vez que o fez tomou uma medida importante, teve uma reunião com os médicos e referiu que a sala estava fria, questionou qual a causa, ao qual lhe foi respondido que não havia gásóleo. Neste sentido, pediu que este fosse adquirido no dia seguinte. Tivemos imenso tempo sem aquecimento na zona das urgências porque não havia dinheiro, o Senhor Director faz uma reunião em Mafra porque a sala estava fria e no dia a seguir o gásóleo é comprado! É assim que se gere a saúde no Concelho de Mafra." -----

-- Interveio o Senhor Júlio Lopes para dizer que "o relato trazido pelo Senhor Presidente da Câmara e pelo Senhor Miguel Ângelo não é recente, já em dois mil o problema existia, mesmo quando havia o Conselho Municipal de Saúde. No dia três de Março de dois mil, fui com a minha mãe para Mafra, para Santa Maria, para Torres Vedras e para Santa Maria outra vez, onde quase que fui obrigado a trazê-la de volta." -----

-- Tomou a palavra a Senhora Dona Isilda Pegado, referindo que "está na altura de Mafra ter direito que seja definido qual é o hospital que trata os seus doentes. Um especialidades são em Torres Vedras, outras em Santa Maria e outras nos Hospitais Cívicos. Pelos vistos, agora ainda somos repartidos entre Santa Maria e Cívicos e, portanto, ninguém se vai entender. É evidente que o diagnóstico efectuado não permite saber se é cirurgia se é medicina, como acontecerá com inúmeros casos. Esta é uma situação urgente. Acho que a Assembleia Municipal deve preparar um documento de força para que a Câmara se possa munir dele para abordar a Senhora Ministra da Saúde. Esta situação incomoda não só os doentes, como os profissionais de saúde. Não é nada agradável um médico estar num hospital, perceber que o doente já foi de Mafra para Lisboa, foi de Lisboa para Torres Vedras, é de Mafra e tem que voltar novamente para Lisboa porque, afinal, aquele caso não é de Torres Vedras, mas de Lisboa. Todos os dias acontecem estas situações. Aproveito ainda para dar os parabéns à Câmara Municipal pelos arranjos de Natal. São muitos os cidadãos que vêm de propósito nesta altura do Natal para fotografar o Palácio Nacional de Mafra." -----

-- Não havendo mais inscrições, foram colocadas à discussão as duas propostas apresentadas pelo Senhor Daniel Marchante. -----

-- O Senhor Aníbal Ferra referiu que "tal como o que já aqui foi dito sobre a criação de uma comissão na área do turismo, penso que, por todas as lacunas que existem igualmente na área da saúde, não seria descabido que fosse igualmente criada uma comissão. O que acontece ao cidadão comum quando até o próprio Presidente da Autarquia desconhece as alterações existentes a nível da saúde? Aproveito ainda para dizer que, em dois mil e oito, li num jornal que, relativamente à localização do aeroporto da Ota, as Câmaras do Oeste iam ser contempladas com verbas compensatórios pelo abandono da ideia da sua localização neste local. Estas verbas já chegaram às Autarquias? Como cada uma das Câmaras apontou uma área, a de Mafra apontou a beneficiação da linha do Oeste, não sobraria algo para investir no Centro de Saúde?" -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que "o período de Antes da Ordem do Dia já se prolongou por uma hora, pelo que se propõe que, e uma vez que já surgiram várias propostas para a criação da Comissões Municipais de Saúde e Turismo, os referidos assuntos sejam discutidos na próxima Assembleia Municipal. Relativamente às questões levantadas pelo Senhor Aníbal Ferra, julgo que o Concelho de Mafra não foi integrado na área Oeste." -----

-- Concluído este período, passou-se ao período da **Ordem do Dia**, com a introdução do primeiro ponto denominado "**Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira**". -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que "a partir de dia quatro de Janeiro, a Polícia Municipal entra em funcionamento. Numa primeira fase, este serviço conta com um efectivo de seis elementos, apoiados por cinco viaturas, funcionando todos os dias das sete da manhã às sete da tarde, com sede no Centro Municipal de Protecção Civil. Tal como foi aqui dito anteriormente, entre as principais competências da Polícia Municipal de Mafra, destacam-se: a assumpção das acções da fiscalização municipal; responsabilidades na área do trânsito e ambiente; fazer garantir o cumprimento de todos os regulamentos municipais; participação no Serviço Municipal de Protecção Civil, em situação de crise ou de calamidade pública." Passou a palavra ao Senhor Vereador Hélder Sousa Silva, enquanto responsável pela Protecção Civil, para falar sobre as intempéries. -----

-- No uso da palavra, o Senhor Vereador Hélder Sousa Silva disse que "relativamente aos fenómenos meteorológicos adversos, todos sentiram aquilo que foi a noite de vinte e três de Dezembro, em especial entre as zero horas e as cinco da manhã. Foram registados nas estações meteorológicas que se encontram instaladas no Centro Municipal de Protecção Civil ventos médios de oitenta quilómetros/ hora e rajadas de cento e quarenta quilómetros/ hora, podendo atingir na zona norte do Concelho, fundamentalmente na zona da Encarnação, ventos na ordem dos cento e oitenta quilómetros/ hora. Face a esta adversidade, as freguesias que foram mais afectadas foram, essencialmente, as da orla costeira, no entanto, deste conjunto, existem oito que, não obstante terem sido referenciados danos em todo o Concelho, se destacam: Encarnação, Azueira, Carvoeira, Enxara do Bispo, Mafra, Mafra, Malveira e Santo Isidoro. Entre as duas horas e quarenta e quatro minutos, altura em começamos a receber ocorrências no Gabinete Municipal de Protecção Civil, e as seis da tarde desse mesmo dia vinte e três, foram registadas cerca de duzentas ocorrências onde os agentes municipais foram chamados a intervir. Às cinco da manhã as estradas nacionais do Concelho estavam todas impedidas, essencialmente por queda de estruturas e de árvores. Depois de terem sido accionadas vinte equipas, constituídas por elementos da Protecção Civil; das três corporações de Bombeiros; da GNR; das Juntas de Freguesia que, de uma forma global, responderam cabalmente àquilo que foram as solicitações centradas na Protecção Civil; dos Sapadores Florestais; entre outros, às oito da manhã tínhamos as vias principais desimpedidas, permitindo o regresso à normalidade dos munícipes. Gostaria ainda de acrescentar que às cinco da manhã tínhamos cerca de setenta por cento do Concelho sem energia eléctrica e às vinte e uma horas desse mesmo dia tínhamos noventa e nove por cento do Concelho restabelecido. É evidente que isto é fruto de uma estreita colaboração entre as equipas da Câmara e

as da EDP que, no nosso Concelho fizeram um trabalho brilhante. Só a localidade das Antas, na freguesia da Azueira, ficou sem energia eléctrica durante mais tempo, porque a alimentação vem do Concelho de Torres Vedras. Em termos de danos, o apuramento não são números finais, encontrando-se a ser actualizados: danos em coberturas de armazéns, aviários e indústrias privadas totalizaram cerca de quatrocentos e vinte e nove mil euros; danos em coberturas de estufas, num total de duzentos e quinze mil metros quadrados de estufas atingidas em diferentes concelhos, perfazem um custo estimado de um milhão, seiscentos e cinquenta mil euros; relativamente à sinalética, estima-se que serão mil e trezentos a mil e quinhentos sinais, não só de sinalização vertical de trânsito, mas de também de placas identificadoras de localidade, totalizando cerca de noventa e seis mil euros; danos em infra-estruturas públicas e mobiliário urbano em várias freguesias, sobretudo na Encarnação, perfazem duzentos e cinquenta e seis mil euros; danos em infra-estruturas de clubes, permitam-me salientar o Clube Desportivo de Mafra, o Grupo Desportivo União Ericeirense, o Sporting Clube da Encarnação e o Clube Desportivo da Lagoa, entre outros, estima-se em cento e oitenta e três mil euros. Houve também necessidade de contratar serviços de urgência de limpezas, de abates de árvores e de remoção de destroços e detritos. Os ventos fortes e a elevada pluviosidade provocaram danos no Concelho em cerca de oitenta e cinco edifícios públicos e privados; duzentos e quinze mil metros de estufas hortícolas; mil e quinhentas estruturas diversas, sinalização, mobiliário urbano, entre outras; seis viaturas privadas que foram danificadas por árvores que caíram; centenas de habitações particulares cujo levantamento está ainda a ser efectuado pelas Juntas de Freguesia; e diversas infra-estruturas de energia e telecomunicações. Somando tudo isto, dará um total de danos para o Concelho de cerca de três milhões de euros." -----

-- O Senhor António Branco referiu que "tive oportunidade de fazer uma leitura dos relatórios que foram apresentados, centrando-me mais no relatório das obras municipais. Gostaria de salientar a requalificação da envolvente do Palácio Nacional de Mafra que é um projecto que está a decorrer e cujo investimento se irá prolongar para o próximo ano e para dois mil e onze. É um projecto importante e estruturante. A biblioteca da Póvoa da Galega também é um projecto interessante, não nesta perspectiva de um grande projecto, mas no sentido do aproveitamento de um espaço escolar, uma antiga escola primária, para um espaço educativo. Relativamente ao novo posto de turismo previsto para a Casa do Risco do Palácio Nacional de Mafra, também me parece uma boa solução, permitindo o reforço da componente turística. Parece-me interessante utilizar o Palácio Nacional de Mafra como um espaço onde o Município vai ter um posto de turismo porque este constitui um elemento de referência para o Concelho. Também li com atenção um projecto, que depois não vi concretizado no Plano Plurianual de Investimentos, que é o do lar de idosos no Alto da Mina, na Encarnação. Gostava que me explicassem em que consiste o referido projecto. Esta ideia da criação de um lar de idosos é importante no nosso Concelho. Queria ainda fazer referência a outra situação. Aparecem oito escolas em que há sempre a repetição dos toldos de ensombramento. Julgo que a solução encontrada aqui foi boa, mas devia ser já contemplada nos projectos das novas escolas, onde deveriam colocadas árvores e disporem de espaços naturais. Finalmente, há um aspecto que eu discordo em absoluto referente à avaliação que é feita pelos serviços municipais da fiscalização da Ecoambiente. Da experiência que tenho no nosso Concelho, mais centrada na zona onde resido, verifico que, sistematicamente, os depósitos de recolha estão sempre nas condições limite. Já fiz um estudo para o meu ecoponto e verifico que, a nível dos vidros, este deve ser recolhido quando deve ser, já o mesmo não se verifica em relação ao papel e ao plástico. Gostaria de ter alguma informação, não basta para mim dizer que, a nível da fiscalização da Ecoambiente, está tudo bem, quando todos vemos que a realidade é um pouco diferente. É evidente que é necessário fazer mais investimento, e há investimento que está previsto, mas julgo

7



que é necessário mais do que investimento. Verifica-se um problema do próprio serviço da Ecoambiente." -----

-- Não havendo mais inscrições, prosseguiu-se com a introdução dos pontos número dois, três e quatro intitulados: **"Alteração da denominação e dos estatutos da empresa municipal Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias, E.M."**; **"Alteração da denominação e dos estatutos da empresa municipal Mafratlântico – Vias Rodoviárias, E.M."**; **"Alteração da denominação e dos estatutos da empresa municipal Giatul – Empresa Municipal para a Gestão de Infraestruturas em Actividades Turísticas, E.M."**. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que, relativamente aos três primeiros pontos, será efectuada uma apresentação pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Gil Ricardo. Disse ainda que, "voltando um pouco atrás, o posto de turismo já não vai ser na Casa do Risco. Desde que elaborámos esta proposta, já houve uma alteração sobre a localização do posto de turismo. No dia catorze de Janeiro, vamos concorrer, em hasta pública, para a alienação do antigo edifício da Junta Autónoma de Estradas. Vamos concorrer à aquisição deste edifício." Deu a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal. -----

-- No uso da palavra, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que "sobre a proposta apresentada, não fazemos mais do que dar conformidade àquilo que a lei preconiza: passar a designação de Empresa Municipal para Sociedade Anónima. Trata-se de harmonizar o regime jurídico do sector empresarial local em conformidade com o regime jurídico empresarial do Estado, no código das sociedades comerciais. Este diploma veio regular toda a actividade dos municípios sob a forma empresarial, incluindo as participações em sociedades como entidades públicas ou privadas e, igualmente, num conceito amplo no sector empresarial local, no qual se integram as nossas empresas municipais. Esta alteração tinha que ser produzida porque a lei que deu origem à criação de empresas municipais foi revogada – a Lei cinquenta e oito/ noventa e oito. Pretendeu-se adequar o regime jurídico destas empresas às sociedades comerciais, como é preconizado pelo novo diploma – Lei cinquenta e três – F/dois mil e seis. É neste sentido que eu chamo a atenção para algumas vertentes que são actualizadas, nomeadamente uma que diz respeito ao Conselho Geral, onde esta legislação dispensa a existência do referido Conselho nas próprias empresas. Outra questão tem a ver com uma inovação importante a nível financeiro, conjugada com a Lei das Finanças Locais – a consagração de um princípio de proibição das compensações e do subsídio à exploração. Não há essa possibilidade a partir de agora. Também muito importante é a necessidade de prever mecanismos de responsabilização das autarquias pelos resultados negativos das empresas a nível local, a atribuição de relevância às dívidas das empresas para efeitos de cálculo dos limites de endividamento municipal, caso não sejam suportados os resultados negativos. Estou só a falar daquilo que são os resultados negativos das empresas e não dos financiamentos ou empréstimos contraídos nas suas actividades. Quando a empresa, na sua exploração, apresenta um resultado negativo, esse mesmo resultado terá que ser, naturalmente, partilhado entre o parceiro e a Câmara na sua proporção, sendo obrigação da Câmara repor, de imediato, o equilíbrio da empresa, sendo certo que isso também releva para as dívidas municipais no âmbito do nosso quadro de endividamento municipal. Por último, diria que este regime veio dar ainda mais força ao regime das parcerias público-privadas, possibilitando um acréscimo de eficiência e de afectação de recursos públicos à melhoria, qualitativa e quantitativa, de todo este funcionamento no âmbito do seu objecto social. Outra particularidade tem a ver com a nomeação de administradores que deixa de ser competência da Câmara, passa a ser no âmbito da competência da Assembleia Geral da própria empresa. A Câmara, enquanto accionista maioritário, tem apenas que apresentar o seu representante. A denominação SA é dar conformidade ao que hoje é utilizado nas sociedades comerciais, ou seja, EM/ SA. Relativamente à Giatul, tem a ver com uma área mais abrangente em termos do seu objecto social, não ficando esta afecta exclusivamente ao que é a gestão do Parque de Campismo, dando, assim,

condições a esta empresa para ela ter uma área de abrangência maior, nomeadamente a nível social, cultural, desportivo, educativo. Pretende-se que, relativamente aos eventos que são promovidos pela Câmara Municipal, seja também a Giatul, com esta particularidade no âmbito do turismo, a poder também desenvolvê-los a nível do Concelho e não ficar limitada à área do Parque de Campismo. Devo indicar ainda que, por lapso, onde se refere a alteração do regime fala-se, sobretudo, no capital estatutário, em vez de capital social, como tal, proponho a sua correcção." -----

-- Falou o Senhor Alves Pardal para dizer que "sobre este tema, julgo que é pacífico, uma vez que se trata do cumprimento de uma alteração legal. Decorre da adequação destas três empresas a um dispositivo que data de dois mil e seis. Este dispositivo vem na sequência de um outro de mil novecentos e noventa e nove. A seguir ao vinte e cinco de Abril, assistimos a crescimento desmesurado de empresas públicas, fruto das nacionalizações. Em noventa e nove operou-se uma alteração substancial deste regime, as empresas públicas passaram a ter, essencialmente, uma função accionista, daí a terminologia de sociedade anónima, sem prejuízo de outras que continuaram a ter o modelo anterior – entidades públicas empresariais. Estas entidades públicas empresariais são detidas a cem por cento por um ente público, enquanto as outras empresas públicas com a terminação SA são detidas maioritariamente por um ente público, o que é preciso é que este ente público exerça uma influência dominante. Nós assistimos a estas propostas que nos foram apresentadas pela Autarquia e em nenhuma delas, a da Pavimafra, Mafratlântico e Giatul, se optou por uma entidade pública local, ou seja, que fosse detida a cem por cento. Optou-se sempre pela terminologia SA, o que é preciso é que a Câmara exerça uma influência dominante, nomeadamente tendo uma maioria de cinquenta e um por cento do capital social. Eu julgo que isto corresponde a um conceito moderno de empresa pública. No nosso grupo parlamentar estivemos a reflectir sobre este tema e, portanto, não vemos nenhum motivo para obstaculizar, votando favoravelmente a alteração destes estatutos. De qualquer forma, gostaria de salientar alguns pontos. O primeiro tem a ver com algumas gralhas, uma tinha a ver com o capital estatutário referido pelo Senhor Vice-Presidente e outras que se encontram nos estatutos da Pavimafra, Mafratlântico e Giatul, nomeadamente nos artigos que dizem respeito à competência dos órgãos de administração, tem a ver apenas com uma questão de português, harmonizar, mas eu julgo que isso será feito. Quanto à Giatul, também tínhamos reparado que a sua denominação e objecto social foram alargados, das actividades turísticas do passado agora aproveita-se para também passar a englobar actividades culturais, desportivas e educativas. Não nos foi facultado nenhum elemento do Registo Nacional de Pessoas Colectivas que demonstrasse que tivesse sido autorizada esta extensão da denominação, mas partimos do pressuposto de que a Câmara já terá encetado diligências nesse sentido. No que diz respeito à base legal, foi-nos apresentado pela Autarquia um artigo cinquenta e três, número dois, da Lei cento e sessenta e nove/noventa e nove, mas esse artigo que nos foi proposto como base legal pela Câmara, a meu ver correctamente, diz que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, autorizar o Município. No entanto, a Lei que foi aqui referida pelo Senhor Vice-Presidente, que rege esta situação - cinquenta e três - F/dois mil e seis, de vinte e nove de Dezembro, contempla uma norma análoga que diz que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, a criação das empresas municipais. Há aqui uma pequena evolução do legislador, enquanto na base legal que nos é proposta pela Câmara a Assembleia Municipal autoriza o Município, aqui, neste dispositivo, compete à Assembleia Municipal a própria criação das empresas municipais. De qualquer forma, julgo que, tal como nos foi colocada a questão, se a Assembleia votar favoravelmente, nada impede que esta alteração seja concretizada, só que chama a atenção da revisão destas pequenas gralhas." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que "neste caso concreto, não se está a criar, mas a transformar. O artigo quarenta e quatro fala da

reestruturação, fusão, extensão ou transformação, penso que está bem enquadrado." -----

-- Usando da palavra, o Senhor António Branco disse que "como já foi referido anteriormente, estas alterações resultam da própria lei e da obrigatoriedade, no prazo de dois anos, dos estatutos serem adaptados a essa mesma lei. O PS votará favoravelmente as propostas de alteração constantes dos pontos dois, três e quatro. Ao longo dos quatro anos enquanto Vereador, ter informação da actividade da Pavimafra, Mafratlântico e Giatul, o que tornou a nossa votação em consciência. É consonante a nossa posição e a do Vereador, apenas ele entendeu abster-se, através da apresentação de uma declaração de voto na reunião de Câmara, uma vez que ainda conhecia mal estas três realidades." -----

-- O Senhor Ivo Caracol interveio referindo que "o conjunto dos três pontos não é mais do que uma adequação dos estatutos das três empresas à própria lei, como foi anteriormente referido por diversos membros. Estas alterações permitem a flexibilização da gestão e operacionalidade das empresas, como é exemplo a Giatul, permitindo, desta forma, um maior objecto de actuação. É de extrema importância a diversificação do sector, dando-lhe um objecto social mais alargado. Uma empresa não deve estar restringida a um pequeno sector, tendo uma grande área onde poderá actuar, nomeadamente a nível das escolas, actividades desportivas, entre outras. Gostaria ainda de saudar as indicações para o Conselho de Administração dos Senhores Vereadores Gil Ricardo e Hélder Sousa Silva, de modo a demonstrar a forte aposta deste Executivo nestas empresas que, no passado, demonstraram alguns indícios de menor robustez financeira. Deste modo, votaremos favoravelmente as alterações propostas." -----

-- Não se verificando mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal acrescentou que, "embora estes pontos tenham sido abordados de uma forma colectiva, a votação será feita de forma individual." -----

-- Prosseguiu-se com a votação do ponto número dois. A Assembleia Municipal deliberou aprovar, por maioria, com quarenta e um votos a favor (vinte e sete do PPD/PSD, nove do PS, um da CDU, dois do CDS/PP e dois votos Independentes) e uma abstenção do Bloco de Esquerda, nos termos do disposto na alínea I), do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na sua redacção actual, aprovar a alteração dos estatutos e da denominação da empresa Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias, E.M. para Pavimafra – Infraestruturas e Rodovias, EM, SA em conformidade com os documentos apresentados, com a seguinte correcção do texto: onde se lê «capital estatutário» deve ler-se «capital social». Passou-se à votação do terceiro ponto. A Assembleia Municipal, deliberou, por maioria, com quarenta e um votos a favor (vinte e sete do PPD/PSD, nove do PS, um da CDU, dois do CDS/PP e dois votos Independentes) e uma abstenção do Bloco de Esquerda, nos termos do disposto na alínea I), do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na sua redacção actual, aprovar a alteração dos estatutos e da denominação da empresa Mafratlântico – Vias Rodoviárias, E.M. para Mafratlântico – Vias Rodoviárias, EM, SA, em conformidade com os documentos apresentados, com a seguinte correcção do texto: onde se lê «capital estatutário» deve ler-se «capital social». Foi votado o quarto ponto. A Assembleia Municipal, deliberou, por maioria, com quarenta e um votos a favor (vinte e sete do PPD/PSD, nove do PS, um da CDU, dois do CDS/PP e dois votos Independentes) e uma abstenção do Bloco de Esquerda, nos termos do disposto na alínea I), do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na sua redacção actual, aprovar a alteração dos estatutos, do objecto social e da denominação da empresa Giatul – Empresa Municipal para Gestão de Infraestruturas em Actividades Turísticas, E.M. para Giatul – Empresa Municipal para Gestão de Infraestruturas em Actividades Turísticas, Culturais, Desportivas e Educativas, EM, SA em conformidade com os documentos

apresentados. Deu-se sequência ao ponto número cinco, denominado **"Documentos Previsionais para 2010"**. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal interveio dizendo que "parece um paradoxo, em ano de crise, apresentarmos o maior Orçamento de que há memória na Câmara Municipal - setenta e seis milhões, cento e trinta mil, quatrocentos e sessenta euros. Há um conjunto de receitas extraordinárias que acontecem por força dos protocolos celebrados com o Ministério da Educação. A Câmara protocolou com o Ministério da Educação a execução das Escolas Básicas do segundo e terceiro Ciclos da Ericeira e de Mafra e o arranjo da Escola Básica do segundo e terceiro Ciclos da Venda do Pinheiro, sendo que, a cada uma delas, foi atribuído um montante de cinco milhões, cento e cinquenta mil euros, para as duas primeiras escolas, e mais um milhão de euros para a recuperação da escola da Venda do Pinheiro. Estas três verbas somam cerca de treze milhões de euros. Temos igualmente nas receitas uma verba extraordinária que acontecerá, eventualmente, este ano. As três verbas que referi anteriormente para o ano não acontecem, sendo, naturalmente, o Orçamento mais reduzido, a não ser que surjam outras situações excepcionais. Relativamente ao produto resultante da entrega ao Município da responsabilidade das estradas nacionais, como sabem, há duas formas de entregar estas estradas aos municípios, ou protocolar essa entrega; uma é com as estradas completamente recuperadas, tratadas e prontas a serem utilizadas; outra é pagar os cento e vinte cinco mil euros por quilómetro para que a Câmara as possa recuperar. Estou a falar do troço da Estrada Nacional cento e dezasseis, que se inicia na rotunda da Malveira até à Ericeira, e um troço da Estrada Nacional nove, entre a Carapinheira e a Paz, além de Mafra Gare à Igreja Nova. A verificar-se a consumação do protocolo já estabelecido, seremos ressarcidos desses montantes. Depois, temos outras verbas que são perfeitamente realizáveis e aumentam o Orçamento. Uma tem a ver com uma contrapartida financeira que já estava prevista há muito tempo, relativa a um loteamento no Milharado, onde está a ser construída a Escola Básica do primeiro Ciclo do Milharado e que, por razões da conjuntura, ainda não foi possível a concretização do referido loteamento. Outra situação refere-se à venda de quatro hectares do Parque de Campismo, já devidamente autorizados pela Assembleia Municipal, e que foram alvo de um concurso público para alienação, tendo várias empresas de âmbito turístico se disponibilizado, entre elas, por exemplo, o Grupo Pestana, mas uma situação que, até agora, não foi concretizada. Relativamente ao actual local do Parque e Oficinas da Câmara Municipal, vai aí ser construído um edifício para onde irão, em princípio, as finanças, conjuntamente com a loja do cidadão e a Junta da Freguesia de Mafra. Haverá uma alienação deste património que será tratada de acordo com as posturas legais, na Assembleia Municipal e Câmara Municipal. Estas são as receitas extraordinárias que transformam o Orçamento num mega Orçamento. Sobre as obras em si, elas encontram-se perfeitamente descritas, demonstram a intenção e a vontade de ajudar a estabelecer um sinal de confiança no futuro. No fundo, as instruções que temos recebido da parte da Administração Central é que devemos também ajudar com optimismo a recuperação económica do país. Gostaria ainda de referir que reduzimos em um dígito o endividamento municipal que, neste momento, se situa em nove milhões, trezentos e quarenta e dois mil e cento e sessenta e nove euros, em trinta e um de Dezembro de dois mil e nove, e, em trinta e um de Dezembro de dois mil e dez, a expectativa é de chegar aos oito milhões, quatrocentos e vinte e nove mil euros, em valor são menos novecentos e dezanove mil euros, menos nove vírgula oitenta e quatro por cento. -----

-- Tomou a palavra o Senhor António Branco, referindo que "relativamente aos Documentos Previsionais para dois mil e dez, não vou repetir o que já foi dito pelo Senhor Presidente, mas, gostaria de acrescentar o seguinte: o Orçamento de dois mil e dez, relativamente a dois mil e nove, cresce vinte e cinco por cento, isto tem a ver com as despesas que foram referidas e que, na prática, em termos de contrapartida do lado das receitas, com o aumento das transferências do capital do Estado para pagar as escolas que vão ser feitas e o aumento previsto da venda de

terrenos ou das operações de mais seis milhões de euros. A situação financeira, em termos da dívida, é um valor que está controlado, cerca de nove milhões de euros no final de dois mil e dez, quando o limite de endividamento do Município seria de trinta e três milhões de euros, o que significa que neste plano não há dificuldades e tem sido gerido num quadro muito satisfatório. Sobre o Plano Plurianual de Investimentos, considero que há três investimentos estruturantes: a requalificação da envolvente do Palácio Nacional de Mafra; o terminal intermodal; e o parque municipal de exposições. Estes investimentos estão todos associados, porque se queremos ter um palácio bem divulgado, temos que resolver alguns problemas, nomeadamente em termos rodoviários e da feira. Acho que o problema vai ser resolvido de forma sistemática com o terminal rodoviário e com o parque municipal de exposições, que vai ter multifunções, inclusive a feira mensal de Mafra. Há também um investimento na área da educação, da responsabilidade municipal e de intermediação municipal. A Câmara faz a intermediação nas Escolas Básicas do segundo e terceiro Ciclos da Ericeira, Mafra e Venda do Pinheiro. É referido também o complexo escolar do Milharado, de Alcainça, do Gradil, isto para o próximo ano de dois mil e dez, e depois o complexo escolar do Sobral da Abelheira e Vila Franca do Rosário. É igualmente apresentado o projecto de criação de um berçário e jardim de infância na Malveira, previsto para os anos subsequentes. Pelo que percebo, estes projectos vão passar para investimento directo do Município. Sobre esta matéria, espero que no próximo ano a tal redução dos vinte e cinco por cento não seja tão baixa porque nos permite conseguir, no quadro de parcerias com o Ministério da Educação, termos cinco milhões para a Escola Básica do segundo e terceiro Ciclos da Malveira. Fica aqui um desafio para todos nós. Sobre os investimentos e instalações municipais, há investimentos que já vinham do passado, como o edifício-sede da Junta da Freguesia de Mafra e da Junta da Freguesia de São Miguel de Alcainça. Há ainda o projecto da Biblioteca Municipal de Mafra que, embora só comece em dois mil e dez, prolonga-se para dois mil e onze. Irá ainda acontecer a Biblioteca da Póvoa da Galega e o Posto de Turismo de Mafra. É apresentada aqui também a ampliação das instalações dos Paços do Município. No que diz respeito a esta matéria, tenho algumas dúvidas que no espaço dos edifícios que são da posse do Município, como o Complexo Cultural Quinta da Raposa onde são disponibilizadas salas para outras entidades, não fosse possível encontrar uma solução que não passasse por avançar com esta fase dois do edifício dos Paços do Município. Depois, vemos referidos investimentos diversos, como iluminação pública, via municipal, saneamento e abastecimento de água, arruamentos, entre outros. Sobre o ambiente, tenho algumas dúvidas. O saneamento passa por duas empresas, por um lado, a Simtejo e, por outro lado, a Veolia. A minha principal preocupação é conhecer e acompanhar, sistematicamente, o investimento que está a ser feito por essas entidades a quem entregámos uma concessão ou são empresas municipais, mas que queremos que avancem rapidamente e cubram uma lacuna que o Município não teve dinamismo suficiente para o fazer nos últimos anos. Acrescento ainda que considero insuficiente o investimento que é proposto na área da saúde, que corresponde a zero por cento, assim como o apoio social, nomeadamente com o problema dos idosos. Estava à espera de algum investimento nestas áreas. Há necessidade de reparar vários caminhos municipais, pelo que trezentos e cinquenta mil euros é pouco. Sobre os parques empresariais, gostaria que em Mafra houvesse outros espaços mais qualificados. O Município, nos próximos anos, mais do que ter a preocupação do investimento, tem que começar a preocupar-se com a melhoria dos serviços, com o aproveitamento pleno das infra-estruturas. Dou aqui alguns exemplos. Sobre Alcainça, embora o investimento esteja a ser feito, o centro de dia para idosos está parado, quando se podiam estudar soluções de proximidade. Sobre o pessoal não docente, é preciso reforçar a formação destes profissionais. Da nossa parte, há coisas que concordamos, mas há outras áreas que não estão suficientemente salvaguardadas. Desta forma, vamo-nos abster." -----

-- O Senhor Aníbal Ferra referiu que "o Bloco de Esquerda vai votar contra. Não era descabido que a entrega do documento fosse efectuada com mais tempo. Como foi dito, não há investimento na área da saúde e há problemas nos caminhos municipais. Na estrada da Abrunheira, andou no local a Pavimafra, há dois meses, a fazer remendos. Houve bocados da estrada onde as bermas foram cobertas de alcatrão e outras que se encontram esburacadas e são propícias a acidentes. Neste momento, estão a ser feitas obras de requalificação da estrada Mafra – Ericeira, mas, ao construírem os passeios, esqueceram-se de fazer os esgotos. Acrescento ainda que demoramos mais tempo a chegar de Mafra à Malveira do que da Malveira a Lisboa. Era urgente que a Câmara pensasse em exemplos que já existem noutros concelhos, nomeadamente a auto-estrada A vinte e um ter outra forma de taxaço." -----

-- Interveio a Senhora Dona Licínia Quitério apresentando algumas observações e dúvidas da CDU. Passou a ler um texto que se anexa a esta acta com a designação de ANEXO QUATRO. -----

-- O Senhor Joaquim Biancard Cruz disse que "este documento, embora tenha um volume acentuado de receitas, não deixa de ser austero, cortando em algumas áreas. No campo das receitas, verificamos quarenta e quatro por cento de impostos directos, cinco por cento de impostos indirectos e vinte e seis ponto cinco de transferências correntes. Penso que continuamos a ter um certo grau de autonomia. No caso das receitas, que já foi mencionado, em alguns valores extraordinários, cerca de onze milhões de euros, vêm de transferências da Administração Central para as escolas que já foram anteriormente referidas. Também registamos a venda de património e as transferências relativas às estradas. A redução do IMT, em relação ao ano passado, passou de nove ponto quatro milhões de euros e agora temos sete ponto três milhões de euros. O IMI também tem uma certa redução. A nível das despesas, podemos verificar que: quarenta por cento das despesas têm a ver com aquisição de bens de capital; vinte e sete por cento com bens e serviços; e dezanove ponto sessenta e nove com despesas de pessoal. Este seria o grande ano com despesas com pessoal, relativamente às novas funções em matéria de educação. Verificamos que, no ano transacto, tínhamos despesas com pessoal na ordem dos treze ponto cinco milhões de euros, este ano apresentamos catorze ponto nove. Se tivéssemos somado ao valor do ano passado as transferências relativas à educação, que são cerca de dois ponto quatro milhões, íamos atingir um volume de cerca de dezasseis milhões de euros, o que não acontece. Aqui também é demonstrada contenção em termos de horas extraordinárias. Congratulamos os investimentos apresentados, como são exemplo o reforço do parque escolar, as novas bibliotecas, o posto de turismo, as infra-estruturas dos Paços do Concelho, os novos edifícios-sede das Juntas de Freguesia de Mafra e São Miguel de Alcainça, a requalificação da envolvente do Palácio Nacional de Mafra, entre outras. Nas transferências correntes, gostávamos de salientar que, pela primeira vez, aparecem as rendas das escolas, penso que isto responde um pouco àquilo que foi levantado pela intervenção que me antecedeu, que dizem respeito ao *Project Finance* que faz parte daquele que é o grande projecto da Câmara Municipal para a área da Educação, em que é um pagamento que vai ser efectuado ao longo dos anos. Relativamente ao tratamento de resíduos, este apresenta um volume avultado. A aposta no turismo continua com um ponto três milhões de euros. A polícia municipal é um novo reforço de actividades, que tem uma despesa controlada de sessenta e um mil ponto seis euros. A educação é uma aposta clara deste Orçamento. A saúde já foi referido que diz respeito à Administração Central, mas parece-me que esta Assembleia Municipal está unida neste desiderato que é a melhoria da saúde. Sobre a área social, temos aqui algumas dotações, tenho muita confiança na Senhora Vereadora que tem provas dadas sobre esta área. É sempre importante verificar o endividamento, mantendo a tal óptica de austeridade. É claro que, neste conjunto de obras, haveria sempre aspectos a introduzir, sempre mais qualquer obra. A bancada do PPD/ PSD vota favoravelmente ao plano apresentado. Deixaria uma pergunta: qual o nível de

realização médio do orçamento do presente ano, a nível das receitas e das despesas?" -----

-- Retomando a palavra, o Senhor António Branco referiu que "nós estamos unidos em resolver, e contribuir para resolver, os problemas da saúde em Mafra, mas temos é que afinar a estratégia. Não entraremos em nenhuma estratégia que utilize desculpas para a área da saúde. Não podemos dizer que os problemas na área da saúde se iniciaram com o Agrupamento de Centros de Saúde." -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal acrescentou que "em Mafra e na Enxara do Bispo vão passar a dispor, no início do ano, de uma Unidade de Saúde Familiar. Estas representam uma melhoria nos serviços." -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que "o PS esteve quase a aplaudir o plano. De costas viradas, eu não posso fazer pactos ou estabelecer plataformas com uma Ministra que não ouve a autoridade municipal. O Presidente da Câmara deve, pelo menos, ser esclarecido daquilo que se passa. Quando as pessoas estão de boa fé e actuam em conformidade com o Município, eu estou sempre disposto para colaborar. De qualquer forma, não é responsabilidade do Município actuar na área da saúde. Não tenho competência legal para fazer edifícios ou fazer obras, mas tenho provado a minha disponibilidade para resolver os problemas das extensões, com o erário municipal, com parcerias com as Instituições Particulares de Solidariedade Social ou com a própria comunidade local. Sobre o funcionamento dos médicos e dos enfermeiros, a Câmara não se podia imiscuir. A estratégia da Administração Central para o Concelho de Mafra na área da saúde não está acautelada. E mais, nós fomos até ao ponto de disponibilizarmos duas áreas territoriais, com dois projectos e solução financeira para o problema de Mafra e da Malveira/ Venda do Pinheiro. Não podemos intervir na área da edificabilidade. Portanto, não acusem a Câmara de não fazer nada na área da saúde. Cedemos o terreno do Centro de Saúde da Ericeira. Tentámos ceder para a Malveira e também para Mafra. Mas, não houve sinais da parte da tutela. Na área do saneamento, nós temos um contrato de investimento de dez milhões de euros, até dois mil e doze, na área do saneamento. Cabe-nos a nós uma parcela pequena para complementar esse investimento e conseguir rapidamente a plenitude. O investimento vai ser da Veolia. Sobre as parcelas para as Juntas, eu ainda não sei quais são as transferências do Orçamento Geral do Estado, o que é um paradoxo. O Governo ainda não tem verbas conhecidas. Quer dizer que nos primeiros três meses, vamos viver de duodécimos. A verba de quatro milhões nos serviços de ambiente é para pagar à Simtejo, pagamos por metro cúbico por água tratada, e também para pagar a recolha e tratamento à Ecoambiente e à Tratulixo. O Centro Social de Alcaíça foi quase um investimento total municipal. O Centro Social da Malveira está em más condições, no seu edifício. Antes de se pensar num projecto novo e como há uma proximidade entre Alcaíça e Malveira, eu propus ao Centro Social da Malveira se aceitava esta mediação com o Centro Social de Alcaíça. As direcções têm de se entender e assim o espaço da Alcaíça vai ser dinamizado. Sobre a execução financeira do orçamento, é de cerca de oitenta e cinco por cento.

-- Passou-se à votação deste ponto. A Assembleia Municipal, deliberou aprovar, por maioria, com trinta e um votos a favor (vinte e sete do PPD/PSD, dois do CDS/PP e dois votos Independentes), dois votos contra (um da CDU, um do Bloco de Esquerda) e nove abstenções do Partido Socialista, nos termos do disposto na alínea b), do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove/ noventa e nove, de dezoito de Setembro, na sua redacção actual, aprovar os Documentos Previsionais para o ano de dois mil e dez, sendo o valor do Orçamento no montante de setenta e seis milhões cento e trinta mil quatrocentos e sessenta euros e as Grandes Opções do Plano – total definido – no montante de quarenta e oito milhões duzentos e vinte e dois mil e oitenta e cinco euros.

-- A Senhora Dona Licínia Quitério, da CDU, apresentou uma declaração de voto, a qual se anexa a esta acta com a designação de ANEXO CINCO. -----

-- Foi introduzido o sexto ponto denominado "**Mapa de Pessoal**". -----

-- Sobre este ponto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que "obrigatoriamente, temos que todos os anos apresentar o Mapa de Pessoal, juntamente com o Plano de Actividades e o Orçamento. Em dois mil e nove apresentámos duas alterações e, em dois mil e dez, apresentamos, inicialmente, esta. Cada vez que se muda um funcionário de um departamento para outro, tenho de trazer à Assembleia Municipal a alteração de posicionamento destes em relação ao seu espaço de funcionamento. Nós temos mil quinhentos e dez lugares existentes e mil e quarenta e sete lugares ocupados, isto tem a ver com os cerca de duzentos funcionários que vieram do Ministério da Educação. Há pouco foi abordada pelo Senhor António Branco a questão da falta de formação dos funcionários na área da Educação, mas só é possível fazer a referida formação durante as férias da Páscoa e as férias de Verão. A formação está acautelada e está a ser devidamente preparada. Relativamente ainda ao Mapa de Pessoal, tenho quatrocentas e sessenta e três vagas por preencher. São as perspectivas de promoção que têm que existir em todas as áreas. Das mil quinhentas e dez vagas, tenho mil e quarenta e sete preenchidas e quatrocentas e sessenta e três por preencher. Nem todas irão ser preenchidas, mas tenho que criar expectativas para os funcionários." -----

-- Prosseguiu-se com o período de votação. A Assembleia Municipal, deliberou, por maioria, com trinta e um votos a favor (vinte e sete do PPD/PSD, dois do CDS/PP e dois votos Independentes), dois votos contra (um da CDU, um do Bloco Esquerda) e oito abstenções do Partido Socialista, nos termos das disposições conjugadas no número três, do artigo quarto da Lei número cento e vinte e três-A/dois mil e oito, de vinte e sete de Fevereiro, na sua redacção actual, bem como da alínea a), número dois do artigo terceiro do Decreto-Lei número duzentos e nove/dois mil e nove, de três de Setembro, e ainda da alínea o), número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na sua redacção actual, aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de dois mil e dez. Deu-se sequência ao período da Ordem do Dia, com a introdução do sétimo ponto denominado **"Aquisição de Terreno para construção da Escola Básica 2.º e 3.º Ciclos da Ericeira"**. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal lembrou a morte do Doutor Sanches de Brito. Sobre este ponto, disse que "temos a incumbência de construir, de acordo com o protocolo que foi celebrado com o Ministério da Educação, a Escola Básica do segundo e terceiro Ciclos da Ericeira. Havia duas soluções. Tentámos uma implantação no espaço da escola, ainda aproveitando o pavilhão, mas haveria alguma dificuldade em não colidir com o edifício que já se encontra no local. Esta solução iria perturbar o funcionamento da escola. Pensámos ainda no aluguer de contentores, mas o espaço não é assim tão grande quanto isso. Iniciámos negociações com um terreno para construção do Posto da GNR da Ericeira. Pensamos em deslocalizar a escola para junto da Escola Básica do primeiro Ciclo da Ericeira, criando, assim, um campus escolar. Com esta solução, os alunos mais velhos poderão, igualmente, usufruir das piscinas. Entrámos em negociação com os proprietários, ainda não concretizámos a compra. O que vem hoje à Assembleia é a autorização para adquirir este terreno, pagando em espécime e em numerário. O espaço da actual escola reverterá a favor do erário público, fazendo ali o quartel da GNR, alguns espaços de construção de moradias e o interior será um parque urbano aberto à comunidade." -----

-- O Senhor António Branco interveio dizendo que "queria aproveitar para referir que fico satisfeito por saber que a Câmara está como parceiro envolvido na resolução dos problemas de saúde. Sobre a aquisição do terreno, não estava muito esclarecido quanto à localização do terreno, mas fui ver directamente no local. Acredito na avaliação que foi feita dos terrenos. Neste sentido, nós votaremos favoravelmente porque se justifica este espaço para a construção da escola." -----

-- Usando da palavra, o Senhor Alves Pardal disse que este ponto mereceu uma atenção muito especial, tendo em conta o objectivo. "Nós estamos completamente de acordo com este tipo de investimentos. Temos que apoiar ao máximo a

formação em capital humano. Assim, votaremos favoravelmente. De qualquer forma, julgamos que a Câmara terá prestado toda a atenção à tramitação do terreno." -----

-- O Senhor Joaquim Biancard Cruz referiu que, face à justificação, a bancada vota favoravelmente. -----

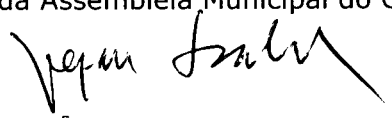
-- Passou-se à votação. A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, nos termos e para os efeitos da alínea i) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove/ noventa e nove, de dezoito de Setembro, na sua redacção actual, autorizar a Câmara Municipal a adquirir um terreno sito no Casal do Barril – Lote um, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mafra sob a ficha número zero três mil quinhentos e trinta, da freguesia da Ericeira, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo quatro mil duzentos e oitenta e dois, com a área de dezanove mil, quatrocentos e cinquenta e sete vírgula setenta metros quadrados, para a construção da Escola Básica do segundo e terceiro Ciclos da Ericeira, à firma Quintino & Barros, Limitada, pelo valor de um milhão e quinhentos mil euros, sendo o pagamento efectuado com a permuta do lote dezanove sito na Urbanização do Pinheiro, com a área de duzentos e oitenta e três metros quadrados, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mafra sob a ficha número zero dois mil quatrocentos e trinta e seis, da freguesia de Mafra, e inscrito na matriz predial sob o artigo nove mil, quatrocentos e quarenta e seis, propriedade do Município, com o valor de duzentos e vinte e cinco mil euros e o remanescente em numerário. -----

-- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou a elaboração da acta em minuta, não se verificando objecções. -----

-- Concluído o período da Ordem do Dia, prosseguiu-se com o período de **Intervenção do Público**. Não se verificaram inscrições. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por concluída a Primeira Sessão Ordinária do ano de dois mil e nove, mandato dois mil e nove – dois mil e treze, da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra quando passavam nove minutos das vinte e quatro horas. -----

-- Verificada a lista de presenças, foram registadas as ausências de alguns elementos da Assembleia Municipal, tendo para estas sido apresentados os pedidos de justificação de faltas dos seguintes membros: Senhor Mário Acúrcio Vicente, substituído nesta sessão pela Senhora Dona Ana Isabel Silva; Senhor Hugo Moreira Luís, substituído pela Senhora Dona Daniela da Costa; Senhor Paulo Ricardo, substituído pelo Senhor Jorge Duarte; Senhora Dona Maria da Conceição Simões, substituída pelo Senhor Carlos Maia; e Senhor José João Costa. -----

-- Para se constar se lavrou esta acta, que vai ser lida, e, depois de aprovada, irá ser assinada por mim que a lavrei, Luís António Ribeiro Alves, e pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Mafra. -----




- Alteração dos estatutos com a introdução do Conselho Consultivo que integra representantes das Áreas Metropolitanas e Comunidades Intermunicipais
- Salientado um conjunto de medidas que se traduziram numa diminuição da participação dos Municípios em órgãos em que o seu contributo era relevante e positivo. Tais foram os casos da diminuição do peso da participação no conjunto da gestão do QREN, o afastamento dos Municípios da gestão das Áreas Protegidas, ou a anulação do seu papel na designação dos dirigentes das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.
- A nova Lei de Finanças Locais, veio trazer uma flagrante diminuição da participação dos Municípios nos Impostos do Estado, a qual pode vir a ser agravada, a partir de 2011, por mecanismos de redistribuição que são susceptíveis de aumentar assimetrias regionais.
- Não foram concretizados quaisquer passos nas transferências de competências nas Áreas da Acção Social, Saúde e Ambiente e Ordenamento do Território
- Deverá ser efectuada uma densificação normativa do conceito de autonomia local no texto constitucional, agora que se inicia um novo período de Revisão Constitucional.
- Deverá ainda a revisão constitucional consagrar a possibilidade de os Municípios estarem representados, através do Presidente da ANMP, no Conselho de Estado.
- A Constituição da República Portuguesa deveria permitir aos Municípios a legitimidade activa para suscitar, perante o Tribunal Constitucional, a fiscalização abstracta sucessiva da constitucionalidade.
- O Tribunal de Contas julga em última instância, não havendo recurso para outros Tribunais, exceptuando-se o recurso para o Tribunal Constitucional, quando estão em causa questões relativas inconformidade constitucional de certas normas.
- Tem entendido o Tribunal de Contas que muitas das deliberações e decisões tomadas, nas mais diversas áreas, se traduzem na assunção e realização de despesas públicas ilegais, originando responsabilidade financeira sancionatória e reintegratória por parte dos eleitos locais. Constata-se que, ao nível das autarquias locais, tal responsabilidade recai sobre os membros dos órgãos autárquicos, independentemente da informação dos serviços. Já os membros do Governo, face ao preceito que lhes é aplicável, são responsabilizados apenas quando não sejam esclarecidos pelos técnicos (porque não quiseram ouvi-los), ou quando decidam num sentido contrário ao proposto por estes, nas suas informações técnicas. Trata-se de uma diferenciação que não faz qualquer sentido.
- Também foi amplamente debatido o regime de financiamento das autarquias locais aprovado em 2006 foi, em devido tempo, objecto de múltiplas discordâncias e preocupações por parte da ANMP, nomeadamente por:
Foi inventada a aplicação de sanções financeiras desproporcionadas, em situações de ultrapassagem aos limites de endividamento;
Nos anos seguintes, em 2008 e 2009, os valores transferidos para os Municípios, como participação nos impostos do Estado, ficaram muito longe da evolução das receitas de IRS, IRC e IVA;
- Também não se verificou a suposta solidariedade no controle do défice público.
O que aconteceu foi, globalmente, o aumento do peso da Administração Central na responsabilidade pelo défice público;
Só o endividamento de 3 empresas públicas é equivalente ao dos 308 Municípios;
- Foram ainda abordadas as questões nas novas transferências de competências para os Municípios, nas áreas da Educação Saúde, Acção Social, Inclusão Social, Reabilitação da rede hidrográfica, Gestão de Áreas Portuárias, gestão das praias e zonas balneares, e ainda questões de ordem ambiental e de alterações climáticas gestão dos recursos hídricos e de planeamento urbanístico, do cadastro rústico nacional, etc
- Destaco ainda a eleição do Sr Presidente da CMM, Engº Ministro dos Santos, como substituto do Presidente do Conselho directivo da ANMP Dr Fernando Ruas.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Meus Senhores e Minhas Senhoras,

Não quero deixar passar esta oportunidade para dirigir a todos os membros desta Assembleia uma breve saudação de Boas Festas que é, ao mesmo tempo, um voto de que esta Assembleia venha a assumir com dignidade, rigor e eficácia, ao longo dos próximos quatro anos, as competências que lhe estão atribuídas.

Saúdo todo o executivo municipal, na pessoa do seu Presidente, Engº Ministro dos Santos, bem como todos os membros desta Assembleia, ~~quer os que participaram nos trabalhos desta Assembleia nos últimos anos quer os que foram eleitos pela 1ª vez,~~ na expectativa de que as suas intervenções permitam contribuir para o reforço da Democracia, em prole da defesa dos interesses dos munícipes que nos elegeram.

Uma especial saudação às bancadas de todas as forças políticas representadas nesta Assembleia, desde o Partido Socialista ao Partido Social Democrata e à CDU, congratulando-me com o facto de podermos contar com a presença do CDS e do Bloco de Esquerda, relativamente às quais esperamos poder beneficiar das suas posições na discussão dos problemas e dos projectos que temos para o nosso Concelho. A Democracia só fica valorizada com a presença e participação plural de todas estas forças políticas.

Quero, ainda, saudar os nossos munícipes desejando-lhes os maiores sucessos para 2010. Finalmente, uma palavra de Boas Festas à Comunicação Social, que é também um desafio para que possa contribuir para cimentar o prestígio desta Assembleia e, sobretudo, para transmitir aos nossos munícipes o sentido do

confronto democrático salutar, na defesa dos interesses do Concelho.

Em nome do Partido Socialista quero explicitar, perante esta Assembleia, o nosso empenho na análise rigorosa das matérias que venham a ser propostas pelo executivo municipal, assumindo o compromisso de assegurar sem hesitações as funções de fiscalização, com uma atitude construtiva mas nunca subserviente. Sempre entendi que a Democracia só beneficiará se as forças políticas e os seus representantes souberem afirmar, com transparência e frontalidade mas também com respeito pelas opiniões diferentes, nos diversos órgãos municipais, as suas posições e diferenças, no quadro ideológico e político em que se movem cada uma delas.

O Partido Socialista, pese embora não tenha qualquer responsabilidade a nível da concretização dum Programa eleitoral – essa é uma responsabilidade da força política que ganhou as eleições –, não deixará de trazer a esta Assembleia a sua visão sobre a gestão municipal e, no contexto em que intervém politicamente, apresentar propostas concretas alternativas sempre que tal for entendido adequado.

Na área da saúde não deixaremos de pugnar pela melhoria, qualificação e racionalização da rede concelhia, no sentido de assegurar uma maior cobertura de acesso aos cuidados básicos de saúde por parte dos utentes e suas famílias, invertendo a situação actual em que o concelho de Mafra tem o mais elevado ratio de nº de utentes – médico de família da Área Metropolitana de Lisboa. Tudo faremos – e reafirmamos a nossa disponibilidade para o efeito –, para facilitar a consolidação de adequadas parcerias entre as estruturas regionais de Saúde e a Câmara Municipal de Mafra com vista à modernização e racionalização dos equipamentos de saúde

do Concelho, preconizando como principal prioridade a criação de Unidade de Saúde Familiar, como modelo organizativo mais eficiente que responda complementarmente à falta de médicos existente, que deverá funcionar em edifício de raiz que substitua as Extensões da Malveira, da Venda do Pinheiro e, eventualmente, do Milharado. A requalificação, com eventual ampliação das instalações, do Centro de Saúde de Mafra, incluindo os Serviços de Urgência, será também um projecto a equacionar, no âmbito das parcerias que preconizamos para a área da saúde.

Na área educativa propomos uma actualização da Carta Educativa do Concelho de Mafra, com identificação das novas necessidades educativas associadas ao crescimento da população escolar do Concelho. Procuraremos acompanhar com atenção a implementação dos protocolos celebrados entre o Ministério da Educação e a Câmara Municipal, no âmbito da transferências de competências para o município no que concerne à gestão do pessoal não docente, bem como a modernização do parque escolar associada aos investimentos de reabilitação já acordados para as Escolas Básicas 2, 3 de Mafra e da Ericeira e, no futuro – esperamos nós, para a Escola Básica Prof. Armando de Lucena, na Malveira.

No âmbito do apoio a idosos, preconizamos o desenvolvimento de políticas de proximidade, no sentido de desenvolver e consolidar uma rede municipal de equipamentos sociais para idosos, contemplando, para além dos adequados equipamentos (lares, centros de dia, etc) serviços permanentes que permitam o acompanhamento dos idosos. A criação desta rede deverá ser apoiada financeiramente e acompanhada pela Câmara, que funcionará sobretudo como entidade facilitadora de parcerias a celebrar com as IPSS e a Segurança Social, que têm programados

diversos investimentos, designadamente da iniciativa das Misericórdias, visando a consolidação de uma rede de “hospitais de retaguarda” para apoio continuado a doentes acamados e em fase terminal.

Na vertente económica, preconizamos o desenvolvimento de políticas de apoio à envolvente empresarial, atraindo instituições públicas e privadas, com criação de adequadas infraestruturas do tipo “Parque Empresarial”, que sejam atrativas para as actividades, instituições e empresas mais qualificadas, ligadas às áreas das novas tecnologias.

Conjuntamente com a intervenção sobre a envolvente, propomos o desenvolvimento de políticas municipais pró-activas com vista à atracção do investimento privado, associadas à concessão de facilidades fiscais e de instalação, visando reforçar a criação de novos empregos no Concelho e, deste modo, fixando a população, sobretudo os jovens. Ao sector do turismo, onde as potencialidades do concelho de Mafra são grandes, dever-se-ão criar as melhores condições para a sua constituição como um pólo dinamizador do investimento privado.

Na área ambiental, face ao fracasso do modelo da Tratolixo, o concelho de Mafra deverá procurar uma solução alternativa a prazo no âmbito da AMTRES, com os municípios de Sintra, Cascais e Oeiras. Consolidando a prática de canalizar os seus lixos para a VALORSUL, o concelho de Mafra deverá acelerar o processo de adesão a esta associação e conseqüente abandono das soluções adoptadas pela AMTRES.

Durante o próximo quadriénio, acompanharemos com grande atenção o investimento realizado pela SIMTEJO, no que se refere à rede de saneamento básico em alta, bem como pela Veolia, no que concerne à rede de saneamento básico em baixa, de modo a

garantir que Mafra venha finalmente a alcançar os níveis de tratamento de esgotos aceitáveis para um concelho da Área Metropolitana de Lisboa.

A rede de saneamento básico deverá alargar-se a todas as freguesias, impondo-se, como meta a atingir nos próximos 4 anos, a perspectiva de cobertura total das populações dos aglomerados urbanos do Concelho.

Pugnaremos também pela revisão imediata do Plano Director Municipal, cujos estudos têm sido realizados pelos Serviços da Câmara, com o apoio de uma equipa de consultores externos, nos últimos anos. Para além da revisão do PDM, é necessário ultimar a revisão do Plano de Urbanização da Área Territorial da Ericeira e a concretização dos Planos de Pormenor aprovados para Mafra e para a Venda do Pinheiro.

Preconizamos, ainda, o desenvolvimento de iniciativas que visem aproximar a actividade dos eleitos relativamente aos munícipes. O desenvolvimento de um modelo de orçamento participativo, centrado na discussão das prioridades de investimento, por exemplo, nas áreas da educação, da saúde e do apoio social, poderá ser uma boa experiência a ponderar pelo executivo municipal, relativamente à qual daremos todo o nosso apoio.

Finalmente, não deixaremos de abordar de forma integrada os problemas do Concelho e das Freguesias pelo que podem contar que o Partido Socialista não deixará de trazer a esta Assembleia as questões que, pese embora centradas nas freguesias, apresentem, pelo seu impacto global, uma relevância de âmbito concelhio.

Mafra, 30 de Dezembro de 2009

António Branco

GRUPO MUNICIPAL- PARTIDO SOCIALISTA (Mafra)

Proposta 1: Calendário Temático 2010

Entendendo ser do interesse dos eleitos para a Assembleia Municipal deterem o maior conhecimento possível sobre as diversas áreas da vida do nosso concelho, de forma a poderem exercer com substancia uma das suas principais tarefas que é a fiscalização dos actos do executivo e o acompanhamento da vida social e económica do município, propomos que seja criado um calendário temático para 2010 com o seguinte figurino:

- 1- Escolha de 6 temas pela comissão de lideres da Assembleia, para serem analisados a cada 2 meses (exemplo de temas – acção social/ambiente/educação/ordenamento do território/turismo/ desenvolvimento económico).
- 2- Cada tema será motivo de análise e debate aberto aos deputados municipais nos seguintes moldes – 1ª parte (um dia de visita no terreno, proporcionada e programada em colaboração com o executivo municipal) – 2ª parte (uma assembleia extraordinária posterior para debate do tema analisado).

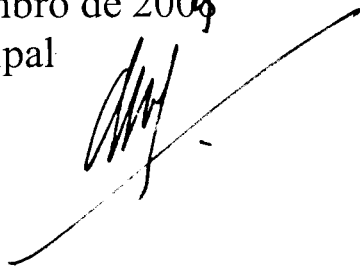
Proposta 2: Criação da Comissão Municipal de Turismo

Propomos a criação da comissão municipal de turismo, afim de promover a imagem do concelho e dar parecer sobre a política municipal de turismo. Este órgão consultivo para as questões de turismo, tem como âmbito, promover programas e projectos que visem o estímulo ao desenvolvimento turístico, incrementar o fluxo de turistas e eventos no município.

Colaborar com as entidades regionais e nacionais de turismo, apoiar a autarquia na participação em feiras e eventos, e colaborar no calendário turístico do município.

Mafra, 30 de Dezembro de 2008

O Deputado Municipal
Daniel Marchante



ANEXO TRÊS

Verificámos que pela primeira vez nos foram facultados os documentos previsionais ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição. Contudo a sua entrega efectuou-se em data de tal forma adiantada que inviabilizou uma exaustiva apreciação dos documentos e a apresentação pela CDU de propostas alternativas às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento.

Consideramos também que a leitura dos documentos previsionais para 2010 é dificultada pela ausência de um texto em forma de plano de actividades que explicita a verdadeira política de prioridades que suporta o orçamento, defina as grandes opções tomadas e inclua as medidas de acção que não são susceptíveis de ser traduzidas nas verbas dos mapas do GOP.

Da apreciação que pudémos fazer dos documentos previsionais para 2010, dentro da escassez de tempo de que dispusemos desde que os mesmos foram colocados ao nosso dispor, ressaltaram dúvidas sobre rubricas das Grandes Opções do Plano das quais, para não sermos exaustivos, passamos a enunciar as que consideramos mais relevantes e para as quais solicitamos explicação.

Funções Gerais

Construção, remodelação e ampliação do edifício da sede da Junta da Freguesia de Mafra – Para um total orçamentado de € 600.000 encontra-se definida a verba de € 10.000 que nos parece francamente diminuta e que gostaríamos de ver explicada.

Funções sociais

Rede escolar do concelho de Mafra – renda - € 3.000.000 – Pretendemos saber a que se destina exactamente tão avultada verba de Renda.

Registamos com agrado o investimento a fazer no parque escolar do concelho e, porque as verbas envolvidas são de grande monta comparativamente ao realizado em 2009, estaremos atentos à real efectivação das obras.

Saúde – Embora saibamos que se trata de serviços da competência da administração central, o que poderá explicar as insignificantes verbas para a Saúde, pensamos que a Câmara, na defesa dos interesses da população que tão mal servida está em termos de saúde, quer por deficiência de instalações quer por falta de pessoal, nomeadamente de médicos, deveria exercer a sua acção política e de intervenção social junto dos diversos poderes de forma a colmatar esta situação, diríamos, desastrosa. Aqui está uma razão para que, a acompanhar os mapas de verbas das GOP, devesse existir um texto que explicasse as Grandes Opções para os anos próximos, opções que muitas vezes se não traduzem apenas em verbas, mas também em políticas de intervenção de outras formas.

1.

V
g

Saneamento – Estranhamos que, sendo o saneamento, ou a falta dele, uma das maiores debilidades no concelho, tendo aliás sido definido como uma prioridade nos programas eleitorais incluindo o da maioria, a verba atribuída para 2010 se cifre em menos de metade da do ano transacto. Gostaríamos de ser informados sobre esta decisão, cujas razões desconhecemos.

Sistema de tratamento – tratamento e recolha de efluentes - € 1.668.000 – Gostaríamos de ser informados sobre a natureza e as acções concretas previstas nesta rubrica, uma vez que se apresenta no orçamento sem qualquer explicação.

Recolha de resíduos sólidos urbanos – recolha - € 2.250.000 - Qual o real destino desta verba avultada? Solicitamos explicação.

Funções económicas

Porque deveria ser uma prioridade a dinamização da actividade económica, tão necessária neste tempo de crise, achamos que seriam de todo o interesse acções como a construção de um parque industrial ou de outras estruturas que constituíssem polos de atracção de empresas e actividades e dinamização do investimento no concelho. Discordamos por isso da acentuada diminuição da verba atribuída a estas funções, relativamente a 2009.

Transferência de verbas para as Juntas de Freguesia – Discordamos dos diminutos valores destas verbas que não permitem de forma alguma o planeamento das actividades ao longo do ano e que levam a que, muitas vezes sem critério de uniformidade em relação a outras, sejam atribuídas participações avulso. Defendemos o reforço das competências das Juntas de Freguesia que lhes permitam programar, sem sobressaltos e em devido tempo, as suas acções ao serviço das populações.

Mafra, 30 de Dezembro de 2009

A representante da CDU,



DECLARAÇÃO DE VOTO

- Porque, apesar de pela primeira vez não terem sido facultados os documentos previsionais, ao abrigo do Estatuto do Direito de Opção, a sua entrega se efectuou em data de tal forma adiada que inviabilizou a apresentação pela CDU de propostas alternativas ao orçamento,

- Porque a leitura dos documentos foi dificultada pela ausência de um texto em forma de plano de actividades em que seja explicitada a realidade política de prioridades que suporta o orçamento e inclua as medidas de acção que não pãssam pelo risco de ser traduzidas nas verbas da maioria do G.O.P, como é o caso da saúde,

- Porque consideramos que muitas das dúvidas que apontámos não foram cabalmente esclarecidas,

- Porque as prioridades que o orçamento mostra diferem muito das que a CDU considera necessárias para a defesa das populações e o bom desempenho da actividade municipal, nomeadamente no que respeita a saneamento e meio ambiente,

Votamos contra a aprovação dos documentos previsionais e orçamento ora apresentados.

Afaga, 30 de Dezembro de 2009

* representante da CDU

Luís Quintas